

# Estudo Técnico Preliminar 71/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 583/SEMUSA/2025

## 2. Descrição da necessidade

A Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Médici - RO, alinhada aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), que preconizam universalidade, equidade, integralidade e acesso aos serviços de saúde, conforme o Artigo 196 da Constituição Federal de 1988 e a Lei Complementar 8080/90, busca garantir que todos os cidadãos tenham acesso a cuidados médicos de qualidade. Nesse contexto, o Credenciamento de Pessoas Jurídicas visa suprir a demanda emergencial de serviços médicos nas unidades de saúde da Secretaria, atendendo às necessidades da população enquanto se conclui o levantamento da demanda real e se prepara a abertura de concurso público.

Atualmente, o município enfrenta escassez de profissionais médicos, o que compromete a continuidade e qualidade dos atendimentos, especialmente nas situações de urgência e emergência. Nos sábados, domingos, feriados e períodos noturnos, a responsabilidade pelo atendimento recai exclusivamente sobre o único hospital municipal, o Hospital e Maternidade Eufrásia Maria da Conceição, resultando em sobrecarga e limitando a capacidade de atendimento.

Diante dessa realidade, o credenciamento de empresas para contratação de médicos especializados, como clínicos gerais e especialistas, surge como a solução mais eficaz para garantir a cobertura contínua e adequada dos serviços médicos, atendendo às necessidades de urgência, emergência, além das Unidades Básicas de Saúde e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). O processo permitirá a prestação de serviços médicos nos diversos turnos e dias da semana, sem interrupções, garantindo a continuidade no atendimento.

A contratação temporária por meio do credenciamento assegurará a prestação ininterrupta dos serviços médicos, evitando prejuízos à saúde da população, enquanto se finaliza o planejamento para a abertura do concurso público. Esse modelo, mais ágil e eficiente, possibilita a reposição imediata de profissionais, suprimindo carências e garantindo a qualidade do atendimento, sem comprometer prazos ou agilidade. A abordagem reflete a necessidade de superar dificuldades na reposição de médicos e a morosidade dos processos tradicionais de contratação.

Com a contratação de empresas especializadas, o credenciamento não só garantirá a eficiência na prestação dos serviços médicos, como também assegurará o cumprimento das normas e condições de trabalho adequadas para os profissionais envolvidos. Além disso, contribuirá para um serviço público de saúde mais eficiente, transparente e econômico, alinhado aos princípios da gestão pública moderna.

O credenciamento médico é essencial para completar a oferta de serviços de saúde de alta e média complexidade, especialmente no Hospital e Maternidade Eufrásia Maria da Conceição, que enfrenta crescente demanda, principalmente entre a população de baixa renda, que não tem acesso aos serviços privados. Este processo visa garantir a continuidade e qualidade dos serviços, reforçando o compromisso da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Médici com a oferta de um serviço público de saúde de excelência, respeitando os direitos e necessidades da população atendida pelo SUS.

A contratação de médicos, tanto generalistas quanto especialistas, é crucial para:

Garantir o acesso da população a serviços de saúde de qualidade, assegurando atendimento médico nas Unidades de Saúde e nos serviços especializados, reduzindo o tempo de espera e melhorando o atendimento. • Suprir a demanda por especialistas, diminuindo a fila de espera por consultas e procedimentos especializados, agilizando diagnóstico e tratamento de doenças.

Reduzir a judicialização da saúde, evitando que a falta de médicos gere ações judiciais para garantir o acesso a serviços médicos, o que acarreta custos e sobrecarga ao sistema.

Melhorar a gestão e o planejamento dos serviços de saúde, com um quadro de profissionais mais completo, permitindo organizar e otimizar os recursos e garantir a sustentabilidade do sistema.

A contratação de médicos é, portanto, uma medida urgente e essencial para garantir o direito à saúde da população, promovendo uma assistência médica mais justa, eficiente e humanizada.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SIRLEI DE OLIVEIRA GRANGEIRO CALEGARI

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os contratados indicados deverão atender os seguintes requisitos e executar as atividades abaixo:

Do enquadramento na hipótese geral é qualificada a presente contratação em modelo de inexigibilidade, prevista no caput do art. 79, I da Lei Federal 14.133/2021:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

E do art. 74, na hipótese do inciso IV do mesmo artigo da Lei Federal 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

A situação ora em análise deverá apresentar as seguintes características:

- a) O serviço deverá ser técnico profissional clínico geral ou especializado;
- b) O serviço deverá ser prestado de forma peculiar, diferenciada sempre levando em consideração os preços descritos na Lei Municipal nº2387/2021.
- c) Não é possível estabelecer uma comparação objetiva, em termos de conteúdo, com os diversos serviços do mesmo ramo;

d) Diante desse quadro, a situação concreta a administração não tem interesse em restringir a contratação de um único prestador do serviço, configurando a possibilidade de inexigibilidade de licitação, e são preenchidos os requisitos da hipótese prevista no inciso 79 parágrafo único da Lei 14.133/21.

Sendo assim, de acordo com o texto legal, são requisitos para a configuração da hipótese de inexigibilidade:

a) O objeto deve ser serviço técnico profissional clínico geral ou especializado;

b) O serviço deve ter natureza singular;

c) A administração não tem interesse em restringir a contratação de um único prestador do serviço. Vejamos, em face da situação concreta, o preenchimento destes requisitos:

a) o serviço deve ser técnico profissional clínico ou especializado

a.1 Qualifica como serviços técnicos profissionais da Área médica especializada, não demandando maiores esclarecimentos nesse aspecto.

b) O serviço é de natureza singular:

b.1 A singularidade dos serviços solicitada por essa Secretaria Municipal se caracteriza em duas medidas:

Marçal Justen Filho escreve: A singularidade consiste na impossibilidade de encontrar objeto que satisfaz o interesse público dentro de um gênero padronizado, com uma categoria homogênea. Objeto singular é aquele que poderia ser qualificado como infungível, para valer-se de categoria da Teoria Geral do Direito. São infungíveis objetos que não podem ser substituídos por outros de mesma espécie, qualidade e quantidade. Um objeto singular caracteriza-se quando é relevante para a Administração Pública a identidade específica do objeto, sendo impossível sua substituição por equivalentes.

b.1.1. É impossível estabelecer critérios objetivos de comparação técnica para objetos dessa natureza, que dependem da capacidade e do desempenho do profissional que o executará. Portanto, qualquer tentativa de licitar serviço como este restaria frustrada, pela inviabilidade de processar-se o julgamento objetivo.

c) O prestador do serviço é notoriamente especializado;

c.1 Pode ser considerado notoriamente especializado o profissional que prestará serviços à empresa quando, com base em seu desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, estrutura, equipe técnica ou outros requisitos relacionados às suas atividades, tenha construído um conceito positivo em seu campo de atuação. Essa especialização deve permitir a conclusão de que o profissional é adequado para desempenhar o objeto do contrato, sendo comprovada por meio de cópias de documentos que atestem sua qualificação..

d) A administração não tem interesse em restringir a contratação:

d.1 De uma maneira mais simples, o credenciamento é um método, um sistema pelo qual irá se efetivar uma contratação direta, pois como visto, trata-se de inexigibilidade, onde o Poder Público não seleciona apenas um participante, mas sim, pré-qualifica todos os interessados que preencham os requisitos previamente determinados no ato convocatório, a fim de serem credenciados junto ao órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados. Portanto, essa sistemática pressupõe a pluralidade de interessados e a indeterminação do número de prestadores suficientes



para a adequada prestação do serviço e adequado atendimento do interesse público, de forma que quanto mais particulares tiverem interesse na execução do objeto, melhor será atendido o interesse público;

d.2 Neste caso, há uma necessidade que a Administração Pública pretende suprir mediante contrato, contudo, diferentemente do que ocorre na praxe, onde há apenas um vencedor, e, por consequência, apenas um contratado, no sistema de credenciamento não se objetiva um único contrato, mas vários, sendo que todos podem atender perfeitamente o objeto pretendido pelo Poder Público. Apesar da carência doutrinária e jurisprudencial, bem como de lei específica (em sentido estrito), o uso do credenciamento pelos entes da federação, como forma de preencher lacunas, em especial na saúde pública, vem aumentando constantemente. Dessa maneira, a discussão sobre esse tema é deveras importante, evitando práticas abusivas e ilícitas por parte da Administração Pública.

A fim de evitar abusos no uso desse instrumento, imprescindível o respeito a alguns requisitos fundamentais, para o fim de não o descaracterizar, sob pena de nulidade e até mesmo de prejuízos ao erário e à população usuária dos serviços. A esse respeito, o Tribunal de Contas da União TCU, questionado sobre a legalidade do credenciamento (Decisão 656/1995) posicionou-se positivamente, com fundamento no artigo da antiga lei 25 da Lei 8.666/93, desde que respeitados os princípios da administração pública e os seguintes requisitos:

1 dar ampla divulgação, mediante aviso publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação local, podendo também a Administração utilizar-se, suplementarmente e a qualquer tempo, com vistas a ampliar o universo dos credenciados, de convites a interessados do ramo que gozem de boa reputação profissional;

2 fixar os critérios e exigências mínimas para que os interessados possam credenciar-se, de modo que os profissionais que vierem a ser credenciados tenham, de fato, condições de prestar um bom atendimento, sem que isso signifique restrição indevida ao credenciamento;

3 fixar, de forma criteriosa, a tabela de preços que remunerará dos serviços médicos e os critérios de reajustamento, bem assim as condições e prazos para o pagamento dos serviços faturados;

4 consignar vedação expressa do pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada, ou do cometimento a terceiros (associação de servidores, p. ex.) da atribuição de proceder ao credenciamento e/ou intermediação do pagamento dos serviços prestados;

5 estabelecer as hipóteses de descredenciamento, de forma que os credenciados que não estejam cumprindo as regras e condições fixadas para o atendimento, sejam imediatamente excluídos do rol de credenciados;

6 Os interessados poderão solicitar credenciamento a qualquer momento, a partir da publicação deste Chamamento Público, desde que cumpram todos os requisitos exigidos e enquanto estiver em vigor o referido processo.

7 prever a possibilidade de denúncia do ajuste, a qualquer tempo, pelo credenciado, bastando notificar a Administração, com a antecedência fixada no termo;

8 possibilitar que os usuários denunciem qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e/ou no faturamento; e

9 fixar as regras que devam ser observadas pelos credenciados no atendimento (como p. ex. proibição de que o credenciado exija que o usuário assine fatura ou guia de atendimento em branco). (TCU 656/1995. Processo n.º TC 016.522/95-8. Relator Ministro Homero Santos. DOU 28.12.1995. Página 22.549).

Assim, um dos destaques deste instrumento é a possibilidade de qualquer interessado pessoa jurídica, poder se credenciar a qualquer momento, desde que cumpra com os requisitos elencados no edital e desde que o certame ainda esteja em vigência.

A contratada deverá observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.

A contratada deverá treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como na prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

A contratada deverá orientar os funcionários sobre o cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

A contratada deverá administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

Os serviços serão prestados diretamente por profissionais da CONTRATADA com observação estrita da Constituição Federal brasileira, dos Códigos de Ética e Regulamentação do Processo Disciplinar, das Leis nº 8.080/90, 8.142/90 e 8.666/93, Portaria MS-SAS nº 134, de 04 de Abril de 2011, 2.567/2016 do Ministério da Saúde (MS), Portaria MS-SAS 1.034/10 e demais normas aplicáveis à espécie, sem prejuízo das disposições seguintes.

A) Poderão ser credenciados profissionais de saúde e que possuam a documentação necessária para celebração do Termo de Credenciamento Profissional, bem como pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde.

B) Os interessados deverão apresentar presencialmente a documentação exigida na Prefeitura Municipal de Presidente Médici - RO, no setor de Superintendência de Licitações situada no endereço indicado no Edital, no horário de atendimento das 07h30min às 13h, de segunda a sexta-feira, durante a vigência do chamamento público. Caso seja mais viável para o Setor de Superintendência de Licitação, o processo de credenciamento poderá ser realizado de forma online. Essa abordagem oferece maior praticidade, agilidade e transparência, além de otimizar o tempo e os recursos envolvidos, tanto para os prestadores de serviço quanto para a administração pública. A utilização de plataformas digitais para o credenciamento facilita a gestão do processo, garantindo o cumprimento dos prazos e a redução de custos operacionais, além de possibilitar o acompanhamento em tempo real das etapas do procedimento. Portanto, a realização do credenciamento online pode ser uma solução eficaz, alinhada às necessidades de modernização e eficiência do setor.

C) Não poderão participar do Credenciamento:

c.1 Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo do credenciamento, impossibilitada de contratar com a Administração Pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

c.2 Profissionais cuja carga horária seja incompatível com o serviço a ser executado;

c.3 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função de Agente de Contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c.4 Pessoa jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

D) A empresa ou Pessoa Jurídica, deverão ser apresentados, além da documentação aplicável a pessoa física, responsável técnica, descrita na cláusula anterior, os seguintes documentos:

d.1 atos constitutivos e alterações;

d.2 registro nos órgãos de classe;

d.3 autorizações da vigilância sanitária;

d.4 certidões negativas de débito, federal, estadual e municipal;

d.5 Certificado de Regularidade do FGTS CRF;

d.6 Certificado de Regularidade Previdenciária CRP. E

Os atendimentos deverão ser realizados nas dependências das unidades de Saúde do Município de Presidente Médici - RO, dependendo de rigoroso controle de ponto e fiscalização.

Para os efeitos deste ETP consideram-se profissionais da CONTRATADA:

A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados; Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatização suplementar exercidos pela Contratante sobre a execução do objeto deste, a CONTRATADA reconhece a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.142/90), além das Normas Operacionais da Saúde

É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste CONTRATO, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Contratante ou para o Ministério da Saúde. Os agendamentos dos procedimentos serão realizados por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

A empresa credenciada, caso deseje desistir do credenciamento, deverá formalizar a solicitação com antecedência mínima de 15 dias. Essa exigência tem como objetivo garantir que haja tempo suficiente para realizar o processo de descredenciamento de forma adequada, sem causar prejuízos à continuidade dos serviços e ao planejamento da administração pública. A antecipação dessa solicitação permite um planejamento mais eficaz, possibilitando a busca de alternativas ou a reorganização dos serviços de maneira a não comprometer a qualidade e a regularidade dos atendimentos prestados.

### **Dos critérios de julgamento, avaliação técnica e ordem de classificação**

Não serão recebidos propostas que contenham documentação apenas parcial ou em desacordo com aquela exigida no Edital ou Termo de Referência, sendo que, nestes casos, as empresas serão consideradas inabilitadas para fins de credenciamento.

Todavia, as empresas não ficarão impedidas de reapresentarem, posteriormente, toda a documentação necessária à habilitação, enquanto estiver vigente o edital da referida Chamada Pública para Credenciamento.

Após o protocolo com toda a documentação exigida, a Comissão de Contratação, analisará os documentos das empresas para análise da documentação de habitação e publicará a relação das entidades consideradas credenciadas para eventual celebração do contrato, no site da Prefeitura

Municipal de Presidente Médici - RO e no quadro de avisos situado no átrio do prédio sede da Prefeitura. Será analisada a capacidade técnica dos profissionais;

Classificação para prestação dos serviços por parte dos interessados, que forem aprovados na avaliação técnica, será feita segundo os seguintes critérios:

1º - A ordem cronológica do credenciamento, considerando para essa análise a data e o horário de entrega da documentação no Setor de Superintendência de Licitação.

2º. Nos casos em que houver mais de uma empresa credenciada, a ordem de contratação, empate, será a pessoa jurídica que tiver maior tempo de serviço prestado ao município de Presidente Médici- RO.

3º A aprovação na avaliação técnica e o devido registro no relatório final do presente credenciamento não gera obrigação de contratação do credenciado, a convocação obedecerá exclusivamente às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Presidente Médici-RO.

#### **Do planejamento mensal dos atendimentos:**

Até o dia 20 (vinte) de cada mês, a Secretaria Municipal de Saúde notificará todos os credenciados com contratos assinados e publicados até essa data sobre as especialidades, datas e horários que deverão ser atendidos no mês subsequente.

Os credenciados deverão informar, em até 05 (cinco) dias corridos, os nomes dos profissionais que realizarão os serviços em cada dia e turno designados.

#### **Da divisão mensal das demandas:**

As demandas mensais serão distribuídas pela Unidade em que o credenciado irá prestar o atendimento de forma equitativa entre as empresas contratadas, respeitando os critérios estabelecidos durante a vigência do processo de chamamento público.

Médico Clínico Geral: poderá fazer até 36 horas semanais

Médicos Especialistas: poderá fazer até 24 horas semanais

Somente o médico clínico geral credenciado que atuará com médico visitador poderá ultrapassar a carga horária de 36 horas semanais.

#### **Das obrigações da Contratada:**

A contratada deverá executar os serviços nos dias e horários estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, cumprindo rigorosamente as escalas e demandas designadas.

A contratada será integralmente responsável por quaisquer prejuízos causados ao contratante durante a vigência do contrato, incluindo omissões relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais aplicáveis.

A contratada deverá assumir total responsabilidade por compromissos firmados com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato.

A contratada deverá observar as seguintes disposições contratuais obrigatórias:

I. Adotar medidas para evitar a corresponsabilidade do município em relação a verbas trabalhistas.

II. Autorizar o repasse direto aos trabalhadores da remuneração não paga em caso de retenção de faturas por inadimplência ou falta de certidões.



- III. Aceitar sanções administrativas por inexecução total ou parcial das obrigações trabalhistas e sociais.
- IV. Garantir que a execução completa do contrato esteja condicionada à comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas referentes à mão de obra utilizada.
- V. Prestar serviços de atenção à saúde conforme padrões técnicos e éticos definidos pelos órgãos de classe, sem discriminação no atendimento ou nas técnicas empregadas.
- VI. Observar as normas gerais da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento de pacientes e realização de serviços de diagnóstico.
- VII. Prestar esclarecimentos à Coordenação das Unidades de Saúde e à Secretaria Municipal de Saúde sempre que solicitado.
- VIII. Cumprir normas e diretrizes estabelecidas pela Coordenação das Unidades de Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde.
- IX. Preencher documentos, prontuários e relatórios com clareza, letra legível, assinatura e carimbo do profissional responsável.
- X. Emitir laudos, pareceres e atestados conforme sua competência, no caso de médicos.
- XI. Seguir as escalas de serviços predeterminadas e atender pacientes com ética e resolutividade, priorizando emergências/urgências.
- XII. Assumir responsabilidade por erros ou procedimentos irregulares cometidos pelos profissionais vinculados.
- XIII. Registrar notificações de agravo e demais documentos administrativos imediatamente após os procedimentos.
- XIV. Permitir a fiscalização do contrato pela administração municipal.
- XV. Participar de reuniões quando convocado e apresentar a relação de profissionais, incluindo documentos de comprovação de experiência e qualificação.
- XVI. Comunicar problemas com pessoal à Secretaria de Saúde de forma imediata.
- XVII. Responsabilizar-se por danos causados à administração ou a terceiros, por dolo ou culpa, durante a execução dos serviços.
- XVIII. Cumprir a Política Nacional de Humanização (PNH) e demais diretrizes municipais.
- XIX. Apresentar relatórios mensais detalhando os serviços prestados, acompanhados da Nota Fiscal.
- XX. Garantir a frequência e pontualidade dos profissionais, registrando-as por ponto eletrônico ou folha de ponto.
- XXI. Manter os profissionais alocados nos locais de trabalho durante todo o período estipulado em escala.
- XXII. Cumprir a Norma Regulamentadora (NR) nº 32 e demais normativas sobre segurança e saúde no trabalho.
- XXIII. Assumir integralmente os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.



## 5. Levantamento de Mercado

A análise que você apresentou compara duas soluções possíveis para a demanda de serviços médicos especializados nos hospitais da rede estadual de saúde.

### **Solução 1: Contratação de Pessoa Jurídica via Pregão Eletrônico**

Descrição: A contratação de uma pessoa jurídica por meio de pregão eletrônico visa suprir a demanda por médicos clínicos gerais e especialistas.

Análise: A solução é considerada inviável devido à metodologia do pregão eletrônico, que se baseia na disputa por maior desconto percentual sobre os valores da tabela SUS. Como a tabela SUS está defasada e os valores são baixos, isso tornaria o contrato inexecutável. Com os valores tão abaixo do necessário para cobrir os custos dos serviços, a execução do contrato seria prejudicada, afetando a qualidade do atendimento.

### **Solução 2: Credenciamento de Pessoa Jurídica**

Descrição: A segunda solução propõe o credenciamento de várias pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos especializados, permitindo que mais de um prestador possa atuar nas áreas demandadas (cirurgia vascular, neuropediatria e anestesiologia).

Análise: A solução de credenciamento se mostra mais viável, pois não depende de uma disputa acirrada por menor preço, mas sim da habilitação dos prestadores que atendem aos requisitos estabelecidos. Além disso, permite a contratação de múltiplos prestadores simultaneamente, o que facilita a execução dos serviços, atendendo melhor à demanda.

O pagamento será feito conforme a carga horária trabalhada, o que assegura que os prestadores recebam de forma proporcional ao serviço efetivamente prestado. Essa abordagem paralela e não excludente torna o processo flexível e vantajoso para a administração, já que há mais opções e maior capacidade de atendimento.

### **Análise das Soluções:**

A Solução 2 é claramente mais adequada para garantir que os serviços sejam prestados de forma contínua e eficiente, sem comprometer a viabilidade financeira ou a qualidade do atendimento. A flexibilidade do credenciamento, que permite a atuação de vários prestadores ao mesmo tempo, é um ponto positivo em comparação ao formato do pregão eletrônico, que, devido às limitações financeiras, poderia resultar em um contrato que não seria capaz de atender à demanda de maneira eficaz.



## 6. Descrição da solução como um todo

A presente solução dar-se-á com a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos de profissionais médicos clínicos gerais e especialistas, de forma complementar no Hospital e Maternidade Eufrásia Maria da Conceição, Centro de Atendimento Psicossocial Viver Mais e Unidades de Atenção Básica.

De acordo com o art. 74, 78 e 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o processo de contratação deve ocorrer mediante realização credenciamento, via chamamento público, já que o objeto possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais já praticadas no mercado.

Deverá ser formalizado instrumento contratual entre a Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Médici-RO e as pessoas jurídicas credenciadas, com prazo de vigência inicial de 12 (doze) meses, contado da assinatura, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a assistência médica especializada é realizada de forma contínua nos serviços de saúde para atender os usuários do SUS dentro de suas respectivas necessidades de saúde, de modo que a não prestação desse serviço, pode prejudicar o tratamento dos pacientes impondo riscos de agravamento no quadro clínico e até mesmo risco de morte.

Portanto, tais serviços devem ser realizados de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, conforme dispõe o art. 15 da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Item	Descrição	Und	Quant.	Preço por hora	Preço Total
01	Contratação de Pessoa Jurídica credenciada para prestação de serviços médicos de Clínico Geral.	Horas	29.952	R\$ 100,00	R\$ 2.995,200
02	Contratação de Pessoa Jurídica credenciada para prestação de serviços médicos de Especialista em Anestesiologista.	Horas	2.496	R\$ 150,00	R\$ 374.400,00
03	Contratação de Pessoa Jurídica credenciada para prestação de serviços médicos de Especialista em Cirurgião Geral.	Horas	4.992	R\$ 150,00	R\$ 748.800,00

04	Contratação de Pessoa Jurídica credenciada para prestação de serviços médicos de Especialista em Ginecologista/Obstetra.	Horas	4.992	R\$ 150,00	R\$ 748.800,00
05	Contratação de Pessoa Jurídica credenciada para prestação de serviços médicos de Especialista em Pediatria.	Horas	4.992	R\$ 150,00	R\$ 748.800,00
06	Contratação de Pessoa Jurídica credenciada para prestação de serviços médicos de Especialista em Psiquiatria.	Horas	2.496	R\$ 150,00	R\$ 374.400,00

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 5.990.400,00

Com base na Lei Municipal Nº 2387/2021, Artigo 11, Parágrafos I e II, os valores pagos aos profissionais médicos variam de acordo com a especialidade e o tempo de trabalho. Os médicos clínicos gerais serão remunerados no valor de R\$ 100,00 por hora trabalhada, enquanto os médicos especialistas terão uma remuneração de R\$ 150,00 por hora trabalhada.

O valor total de **Cinco milhões, novecentos e noventa mil e quatrocentos reais** corresponde às quantidades de horas solicitadas e estimadas neste estudo técnico preliminar. Esse valor reflete a soma dos serviços médicos solicitados, levando em consideração tanto as horas trabalhadas pelos médicos clínicos gerais quanto pelos especialistas, conforme as taxas estabelecidas pela legislação vigente. A definição desses valores assegura uma remuneração adequada e condizente com as especificidades dos serviços prestados.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento do objeto a ser contratado visa sua divisão em um número maior de parcelas, sempre que viável técnica e economicamente, com o objetivo de ampliar a competitividade no processo licitatório. Essa prática está em conformidade com o disposto no Art. 47, Inciso II, §1º da Lei nº 14.133/2021.

O parcelamento justifica-se pela busca de maior credenciamento no certame, permitindo que o Chamamento Público seja realizado por item, o que possibilita a participação de um número maior de prestadores de serviços. Esta abordagem promove uma maior diversidade de fornecedores, garantindo condições mais favoráveis para a escolha da melhor proposta e, consequentemente, o fortalecimento da transparência e da eficiência na contratação.



## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A equipe técnica não identificou a necessidade de realizar contratações adicionais para garantir a execução plena do objeto deste Estudo Técnico Preliminar uma vez que todos os recursos necessários para a operacionalização dos serviços, incluindo medicamentos, materiais, insumos e instrumentos, estão abrangidos em outras contratações que estão em vigência.

Dessa forma, as prestações de serviços previstas são suficientes por si mesmas, não sendo necessária a realização de contratações correlatas ou interdependentes para que os profissionais médicos possam executar os serviços conforme o estabelecido.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de Serviços médicos complementares de Horas de Médico Clínico Geral e especialistas a serem prestados nas Unidades de Saúde (Hospital e Maternidade Eufrásia Maria da Conceição, Unidades Básicas, Centro de atenção psicossocial) pertencente à Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Medici/RO, está previsto no Plano Anual de Contratações, em conformidade com o inciso VII do artigo 12 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A Administração obterá ganhos com a contratação posto que as atividades a serem desenvolvidas na contratação são essenciais para o bom andamento dos serviços prestados pelo órgão. A disponibilidade do serviço MÉDICO gerarão benefícios ao órgão que, por seu turno, será mais efetivo no desenvolvimento da prestação do serviço público.

Evitar a interrupção da disponibilidade dos serviços de saúde pública no município;

Garantir atendimento digno com profissionais capacitados para atender a população;

A administração não precisa repetir os procedimentos de seleção do mesmo objeto durante o período de vigência do credenciamento;

Poder decidir com curto espaço para resposta o melhor momento da contratação conforme demanda;

Os resultados a serem alcançados com a contratação de médicos especialistas são inúmeros e de grande importância para a população local. Dentre os principais resultados, podemos destacar:

Melhora no atendimento em saúde, a contratação de médicos clínico geral e especialistas pode melhorar significativamente a qualidade do atendimento em saúde, já que esses profissionais possuem conhecimentos específicos em suas áreas de atuação, o que pode resultar em diagnósticos mais precisos e tratamentos mais efetivos.

Redução do tempo de espera, a contratação de mais médicos clínico geral e especialistas pode reduzir o tempo de espera para atendimento, uma vez que a demanda por esses serviços é alta na região.

Ampliação da oferta de serviços especializados, a contratação de médicos clínico geral e especialistas pode ampliar a oferta de serviços especializados na região, o que pode permitir a realização de procedimentos que antes não eram disponibilizados, melhorando a saúde e a qualidade de vida da população.

Fortalecimento do sistema de saúde, a contratação de médicos clínico geral e especialistas pode fortalecer o sistema de saúde na região, já que esses profissionais poderão atuar em diferentes níveis de atenção, desde a atenção básica até a média e alta complexidade, contribuindo para a melhoria da saúde da população e para o fortalecimento do SUS.

Redução do deslocamento de pacientes, a contratação de médicos clínico geral e especialistas pode reduzir a necessidade de deslocamento de pacientes para outras regiões em busca de atendimento, o que pode reduzir os custos com transporte e hospedagem, além de permitir que as pessoas permaneçam próximas de suas famílias durante o tratamento.

Razão pela qual esta administração opta pela formação de um Credenciamento.

Esses serviços são relevantes ao desenvolvimento das rotinas operacionais da SEMUSA, essenciais para que os servidores possam desempenhar suas atividades regimentais da melhor maneira possível.

## **13. Providências a serem Adotadas**

### **1. Designação de Responsável para Fiscalização**

A Secretaria Municipal de Saúde deve designar um servidor ou unidade responsável pela fiscalização da execução do contrato, conforme os termos da Lei nº 14.133/2021. Este fiscal será incumbido de acompanhar o cumprimento das cláusulas contratuais, assegurando que as condições acordadas sejam atendidas de forma eficiente e conforme as especificações estabelecidas no credenciamento.

### **2. Relatórios de Acompanhamento**

O responsável pela fiscalização deverá elaborar relatórios periódicos e detalhados sobre a execução do contrato, com foco no cumprimento das obrigações por parte da empresa contratada. Esses relatórios devem ser claros e objetivos, registrando eventuais desvios, problemas ou pendências, a fim de possibilitar ações corretivas imediatas, garantindo o bom andamento da prestação dos serviços.

### **3. Fiscalização da Qualidade dos Serviços**

A Secretaria deve monitorar continuamente a qualidade dos serviços prestados, verificando se estão em conformidade com os padrões estabelecidos no contrato e nas especificações do credenciamento. Isso inclui a avaliação do desempenho da empresa contratada em relação ao cumprimento de prazos, a qualidade do atendimento e a adequação dos serviços à necessidade da população, tomando as providências necessárias em caso de falhas ou não conformidades.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

Utilizar rede de abastecimentos e manutenção com práticas e diretrizes socioambientais onde existem boas práticas relativas ao reuso da água, coleta seletiva de resíduos, descarte ambientalmente adequado de materiais penso descartáveis em recipiente adequado.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, considera-se que a Contratação é VIÁVEL e necessária, visto que está de acordo com as normas vigentes e encontra-se dentro da previsão de despesas desta Secretaria Municipal de Saúde, sendo considerada a melhor solução.

Portanto, declaramos viável e razoável a devida contratação, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses desta Secretaria – SEMUSA

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SIRLEI DE OLIVEIRA GRANGEIRO CALEGARI**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



# Município de Presidente Médici



04.632.212/0001-42

Av. São João Batista, 1613 - Centro

www.presidentemedici.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Estudo Técnico Preliminar -ETP</b>	<b>nº 71/SEMUSA/2025</b>	<b>26/03/2025</b>

ID:	<b>561609</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>EFF1FB87</b>		
Processo:	<b>1-583/2025</b>		
Usuário:	<b>MARIA ELENITA DA SILVA FERREIRA</b>		
Criação:	<b>26/03/2025 22:00:11</b>	Finalização:	<b>26/03/2025 22:01:47</b>

MD5: **B3EDF8B94BA858223AC1FF275FE48C63**

SHA256: **98FAFA6920066585FC48012D9AD8C9793E9E953FFA1BA009A431F0CC73070E23**

Súmula/Objeto:

**ESTUDO TECNICO PRELIMINAR DE CREDENCIAMENTO MEDICO**


### INTERESSADOS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PRESIDENTE MÉDICI	RO	26/03/2025 22:01:17
--------------------------	-------------------	----	---------------------

### ASSUNTOS

DOCUMENTAÇÃO	26/03/2025 22:01:33
--------------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	SIRLEI DE OLIVEIRA GRANGEIRO CALEGARI	SEC. MUN. DE SAÚDE E GESTOR DO FUNDO	27/03/2025 10:51:48
--	---------------------------------------	--------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 230/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.presidentemedici.ro.gov.br](http://transparencia.presidentemedici.ro.gov.br) informando o ID 561609 e o CRC EFF1FB87.